



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 16/2015

Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcútem

Realizada em 23 de setembro de 2015

----- Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcútem, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. - -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- O presidente da Câmara Municipal usou da palavra para solicitar a alteração da proposta contante no ponto 8 da Ordem do Dia - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ANO LETIVO DE 2015/2016”, fazendo a mesma parte integrante da presente ata. Posto a votação a referida alteração foi aprovada por unanimidade, sem antes ser salientado pela vereadora Dalila Barros e reforçado pelo Vereador José Pereira que a proposta é datada do dia 21 de

setembro, e que do teor da mesma deveria ter conhecimento com mais antecedência. -----

----- O presidente retomou da palavra para colocar à consideração da Câmara Municipal a inclusão de mais dois pontos a incluir na ordem do dia: - Protocolo de parceria entre o Município de Alcoutim, ENTRAJUDA – Associação para o Apoio a Instituições de Solidariedade Social e Associação de Solidariedade Social, Cultura, Desporto e Artes dos Balurcos – e - Alteração da Estrutura Orgânica Municipal -. Posto à votação individualmente cada ponto os mesmos não obtiveram concordância por parte dos vereadores da oposição, referindo que *“Nós votamos contra a inclusão por ser um documento extenso e nos ser entregue em cima da hora. No dia que nos temos para preparar a reunião é que nos entregam os documentos e muitas vezes fora de prazo”*, apresentando a seguinte declaração de voto *“A nossa votação contra a inclusão destes dois pontos prende-se, essencialmente, por que foi nos entregues, como acabei de dizer, em cima do prazo e são documentos extensos que têm que ser analisados, e que nós queremos analisar para poder votar em consciência. Gostava de alertar o senhor presidente para o seguinte, não sei se está recordado mas no início das reuniões deste mandato o senhor presidente também propôs a inclusão de alguns pontos nestas reuniões, em que nós aceitamos uns e não aceitamos outros, também quase pelo mesmo motivo, não sei se está recordado, que o regimento diz que a aprovação e a inclusão de pontos tem que ser aprovados com a maioria de dois terços, não sei se está recordado disso, não sei se esta recordado, o senhor presidente em certa altura, numa dessas reuniões por em causa os dois terços quando eu vim alertar que tinha pareceres que diziam o que eram os dois terços, o senhor presidente não sei se está recordado, de me chamar de ignorante e de não saber matemática, não sei se está recordado, mas é bom lembrar e vá as atas que é para ver o que dois terços, eu quero alertar o senhor presidente que foi preciso chegar aqui um chefe de divisão novo, para o senhor ter a consciência do que são dois terços de nós todos, que o senhor cometeu aqui ilegalidades, e ilegalidades graves, e eu o alertei que o senhor estava a cometer uma ilegalidade, o senhor aprovou aqui coisas que são ilegalidades.”*. -----

----- Com dois votos contra e três a favor, os pontos não foram incluídos na ordem de trabalhos.-----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para salientar a forma como decorreram as Festas de Alcoutim e as comemorações do dia do Município, reconhecendo para o efeito “...o empenho de todos principalmente dos funcionários da Autarquia, equipas técnicas e não técnicas, toda a gente colaborou nesse grande evento”. Sobre este facto também o Vereador José Galrito interveio reforçando assim as palavras proferidas, salientando ainda que foram detetadas algumas falhas, nomeadamente ao nível do controlo de segurança, e que sobre as mesmas vão ser tomadas diligências com vista à correção das mesmas para o futuro. -----

----- A vereadora Dalila Barros agradeceu o recebimento da listagem de encarregados de educação das crianças que nasceram, salientando o seu desagrado pela mesma ser entregue apenas um mês depois de a ter solicitado. Referiu ainda que não rececionou a avaliação trimestral de funcionamento e a calendarização da unidade móvel de saúde solicitada há quinze dias. -----

----- O vereador José Pereira, relativamente ao parecer jurídico que lhe foi entregue na passada reunião de câmara relativo ao requerimento apresentado na reunião de oito de julho onde solicitava que lhe fosse fornecido quinzenalmente, listagem com acordos, protocolos e subsídios financeiros; relatório sobre as atividades e obras da Câmara Municipal; resumo diário da tesouraria, considerou-o “caricato”, visto que na sua opinião o mesmo se contradiz em relação à obrigação, ou não, da entrega da documentação solicitada. Como tal, apresentou o protesto que a seguir se transcreve: -----

“Protesto/Recusa de Informação “ José Carlos da Palma Pereira e Dalila Manuela Costa Barros, vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Alcoutim, pelas Listas do Partido Social Democrata, vem apresentar protesto junto de V/ Ex^a., pela não entrega dos documentos solicitados através de requerimento, apresentado em reunião de Câmara de 08 de julho de 2015. Considerando que fazemos parte do executivo municipal para o qual fomos eleitos; Considerando, que na reunião de Câmara de 22 de julho, confrontamos o senhor presidente, com a não entrega dos documentos requeridos, e mais uma vez com o incumprimento do regimento da Câmara

3

R

Municipal e com a Lei n.º 24/98 de 26 de maio; Considerando que no dia 22 de julho, pelas 17h59m, foi-nos solicitado através de mail que deveríamos concretizar e especificar as datas e assuntos que pretendíamos ser informados; Considerando que face às dúvidas do senhor presidente, informamos em reunião de Câmara de 09 de setembro, sobre os assuntos que realmente queríamos ser informados e os respetivos documentos; considerando que até hoje, o senhor presidente não nos prestou a informação e não nos forneceu os documentos solicitados; Considerando que mais uma vez o senhor presidente da Câmara não faz cumprir o Estatuto do Direito de Oposição aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que confere aos titulares do direito de oposição nas autarquias locais: o direito de serem informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade; O direito de serem ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade; O direito de se pronunciarem e intervirem, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, bem como o direito de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem; considerando que não foi cumprido o estatuto acima referido, assim como o regimento da Câmara Municipal, que tal atitude demonstra uma falta de consideração e respeito por quem foi eleito e demonstra abuso de poder por parte do senhor presidente, ao evitar e tudo fazer para não facultar documentos; Considerando que a atitude do senhor presidente já é recorrente, apresentamos o presente protesto" -----

----- A vereadora Dalila Barros alertou que passados seis meses, as revistas municipais elaboradas pelo anterior executivo ainda não se encontram incluídas na página da internet da Autarquia, questionando "Até quando, senhor presidente, é que vamos esperar esta inclusão". Continuou no uso da palavra para questionar "porque não foram tomadas pela autarquia qualquer medida atempada (digo atempada), quando em 2 de julho já era do conhecimento do senhor presidente da ocorrência dessa situação" referindo-se à transferência de alunos da Escola de Alcoutim para a de Martim Longo, continuo para interrogar "Quais foram os esforços efetuados e ao seu alcance

no sentido de os alunos usufruírem de um sistema educativo com melhores condições, como refere em ofício de 30/07 endereçado ao representante dos encarregados de educação (quero aqui salientar que esta resposta foi dada ao fim de um mês). O porquê de apenas em 1 de setembro, dois meses depois, reunir o Conselho Municipal de Educação? Porque não manifestou a sua discordância junto das entidades competentes? Porque não fez em tempo suficiente? Não acha um assunto de extrema importância para a população de Alcoutim? Concordo com a transferência de alunos quando as infraestruturas oferecem melhores condições para o sucesso escolar. Quando oferecem acesso a recursos mais variados e diversificados, o que não é o caso. É com esta sonolência, falta de energia e dinamismo que o senhor vai diminuir a desertificação do concelho. É assim que o senhor vai promover o emprego? Ou não será este mais um retrocesso educativo e socioeconómico para o concelho. Começamos por uma transferência de alunos em 2014, outra transferência de alunos em 2015 e depois senhor presidente, o colmatar com o encerramento da escola, é o desfecho final. Para quê promover tanto programa de incentivo à natalidade quando depois não dispõe de capacidade de argumentação de afirmação. Consideramos que um assunto desta importância deve ser tratado com mais seriedade e dignidade e preocupação. As famílias de Alcoutim merecem mais e melhor. -----

----- O presidente demonstrou concordância com as preocupações levantadas pela vereadora, lembrando “...que a situação atual, hoje em Alcoutim, a falta de miúdos nas escolas, isto é uma coisa que decorre de uma situação que se vem arrastando há muitos anos atrás, e isto é o culminar de um processo, é uma situação que nós temos.” Assim, remeteu para o Ministério da Educação a responsabilidade de não poder haver turmas com menos de cinco alunos, e demonstrou a sua não concordância com tal política, onde proferiu as seguintes palavras “que não posso obriga-lo (referindo-se ao Ministério da Educação) a criar turmas com menos de 5 alunos, quando isso é uma teimosia por parte dos órgãos, quanto a mim errada. Tenho muita pena que não estejamos alinhados na mesma orientação, e espero que se houver mudanças a nível superior, e quando digo nível superior, digo a nível governamental, que incidam sobre uma maior preocupação sobre estas

5

R

questões, nomeadamente, que prejudicam o interior. Espero que esses problemas possam a vir a ser corrigidos, porque sou de opinião que tendo os alunos uma escola a porta, não faz sentido nenhum deslocarem-se trinta quilómetros, aliás quarenta, que tenha que fazer 40 quilómetros para ir para a escola, 40 de manhã e 40 a tarde, mas infelizmente isso é uma situação que não havia volta a dar porque os senhores que fazem este, no fundo que mandam nisto foram irredutíveis as conversas.” -----

----- A vereadora retomou da palavra para voltar a questionar de quais as medidas tomadas pelo senhor presidente para que essa situação não se verificar. Porque sobre esta situação, o que constatou, foi uma resposta aos pais apenas mês depois e uma reunião com o Conselho Municipal de Educação dois meses depois de ter sido comunicado à Câmara Municipal de tal situação.

----- O vereador José Pereira prosseguiu no mesmo assunto, demonstrando inconformismo pela “inércia” demonstrada por parte do presidente da Câmara para alterar esta situação, chamando a si a responsabilidade do não encerramento da Escola de Alcoutim, quando no passado o Governo “pensou” em encerrar essa Escola. Continuou no uso da palavra para invocar novamente um assunto tratado na passada reunião de Câmara Municipal - Empreitada da 2ª Fase da Avenida de Martim Longo e Arranjo Paisagístico da sua envolvente – Ramais de Ligação e Arranjos Exteriores – Pedido de Empréstimo Bancário- para informar que após a mesma, foi esclarecido em reunião tida nesse mesmo dia com o Chefe de Divisão de Administração e Finanças e o Vereador Paulo Paulino, que a informação prestada não estaria correta visto que a obra financiada não estaria cabimentada no projeto identificado no PPI 2ª fase da avenida mas sim numa outra generalista e que esta situação seria resolvida com a transição de saldos aquando a entrada em vigor do novo orçamento.-----

----- O período antes da ordem do dia terminou com a informação prestada pela Chefe de Divisão que a Ata da passada reunião de Câmara não esta incluída na ordem de trabalhos visto não se encontrar terminada em virtude da sobreposição neste período da reunião de Assembleia Municipal e de ato eleitoral – Legislativas 2015 -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **IFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º181) respeitante ao dia 08 de setembro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.328.439,51; -----

----- Operações Orçamentais - € 967.010,66; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 353.529,91 -----

----- **EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DAS FINANÇAS – LIBERTAÇÃO PARCIAL DE GARANTIA BANCÁRIA – RESPEITANTE AO ANO 1.º E 2.º:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente à empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar ao Crédito Agrícola, que seja libertado da garantia bancária n.º 72005751202 a importância de € 14.540,91 (catorze mil quinhentos e quarenta euros e noventa e um centimos), ficando remanescente o valor € 9.693,94 (nove mil seiscentos e noventa e três euros e noventa e quatro centimos), referente ao 1.º e 2.º ano. -----

----- **EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DAS FINANÇAS – LIBERTAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO – RESPEITANTE AO ANO 1.º E 2.º:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente à empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a restituição à firma Jobipiso – Construção Civil e Obras Públicas LDA, a importância de € € 19.171,75 (dezanove mil cento e setenta e um euros e setenta e cinco centimos), ficando o remanescente o valor de €

12.781,16 (doze mil setecentos e oitenta e um euros e dezasseis cêntimos) referente ao 1.º e 2.º ano.-----

----- **EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DAS FINANÇAS – LIBERTAÇÃO PARCIAL DE GARANTIA BANCÁRIA – RESPEITANTE AO ANO 3.º:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente à empreitada em epígrafe.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar ao Crédito Agrícola, que seja libertado da garantia bancária n.º 72005751202 a importância de € 3.635,23 (três mil seiscentos e trinta e cinco euros e vinte e três cêntimos), ficando remanescente o valor € 6.058,71 (seis mil e cinquenta e oito euros e setenta e um cêntimos), referente ao 3.º ano.-----

----- **EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DAS FINANÇAS – LIBERTAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO – RESPEITANTE AO ANO 3.º:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente à empreitada em epígrafe.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a restituição à firma Jobipiso – Construção Civil e Obras Públicas LDA, a importância de € 4.792,94 (quatro mil setecentos e noventa e dois euros e noventa e quatro cêntimos), ficando o remanescente o valor de € 7.988,23 (sete mil novecentos e oitenta e oito euros e vinte e três cêntimos) referente ao 3.º ano.-----

----- **ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO E TRATAMENTO NA LOCALIDADE DE ALCARIAS – APROVAÇÃO DO PROJETO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente

ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar o Projeto de Execução de Abastecimento de Água, Saneamento e Tratamento na localidade de Alcarias, nos termos da informação técnica.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta.-----

----- **CONCURSO PÚBLICO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS 2016/2019:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar, no uso da competência que é conferida pelo disposto na Lei n.º 75/2013, conjugada com o Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, o seguinte: -----

----- 1. A abertura de procedimento de concurso público nos termos do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, no valor estimado de € 145.000,00 repartidos por três anos de vigência do contrato, bem como autorização de despesas nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 245/2003, de 07 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 1/2005, de 04 de janeiro;-----

----- 2. Tendo em conta o valor estimado, repartidos por 3 anos de vigência do contrato e o início do contrato a 01 de março de 2016, a repartição de despesa a autorizar será 2016 (10 meses) € 40.277,78, 2017 (12 meses) € 48.333,33, 2018 (12 meses) 48.333,33, 2019 (12 meses) perfazendo um total de € 145.000,00; -----

----- 3. A aprovação do Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, em conformidade com o concurso público “ Aquisição de Serviços de Seguros”; -4.O procedimento seja conduzido por um júri constituído por: Presidente/José Pires (Chefe de Divisão Administrativa, Financeira, de Cultura e Desporto),Efetivos/Michael Pedro (Técnico Superior), Nelson Evangelista (Técnico Superior), Suplentes/Nelson Gonçalves (Técnico Superior), Fernando Cavaco (Coordenador Técnico) -----

R

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de sete. -- -----

----- **AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ANO LETIVO DE 2015/2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

----- **Alimentação:** Aprovar o pagamento do valor relativo ao almoço a todas as crianças a frequentar os infantários e as escolas do concelho, que frequentam o berçário, creche, pré-escolar, ATL 1.º, 2.º e 3.º ciclo. Aos meninos do 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo será pago o valor não participado pelo Ministério da Educação. O respetivo pagamento será feito diretamente ao Agrupamento de Escolas do Concelho e às IPSS's do concelho, com a apresentação do mapa mensal de presenças -----

----- **Auxílio Económico:** Aprovar a atribuição de um auxílio económico individual no valor de € 60,00 (sessenta euros) a todos os alunos do 1º, 2º e 3ºs ciclos, a atribuição de um auxílio económico individual no valor de € 70,00 (setenta euros) a todos os alunos que frequentem o ensino secundário e ensino profissional, bem como a atribuição de um auxílio económico individual no valor de € 300,00 (trezentos euros) a todos os alunos que frequentem um CET – Curso de Especialização Tecnológica ou Equivalente; --

----- **Auxílio Económico Coletivo:** Aprovar a atribuição de um auxílio económico coletivo a cada turma do 1º, 2º e 3ºs ciclos, no valor de € 300,00 (trezentos euros) por turma, sendo que a verba será transferida através de conta corrente existente nas papelarias das respetivas escolas, onde os diretores de turma levantarão o material escolar necessário, cujas notas de despesas serão remetidas à Câmara Municipal, sobre as quais se fará a transferência das verbas.-----

----- **Transportes:** O Município transportará gratuitamente todas as crianças do pré-escolar público 1º, 2º e 3ºs ciclos. O Município transportará

R

gratuitamente os alunos matriculados no Ensino Secundário ou Ensino Profissional, nas Escolas de Mértola. O Município suportará a totalidade do valor dos passes requeridos no município pelos alunos do ensino secundário e ensino profissional que venham a frequentar Escolas fora do concelho de Alcoutim. -----

----- Encargos Estimados/rubricas (2015 - Alimentação € 16.000,00, Auxílio Económico € 15.000,00, Auxílio Económico Coletivo € 1.800,00, com um total de € 32.800,00) (2016 - - Alimentação € 42.000,00, Auxílio Económico Coletivo € 1.800,00, com um total de € 43.800,00). -----

----- Neste ponto os vereadores Dalila Barros e José Pereira, congratularam-se com a alteração da proposta, uma vez que, na sua opinião, a anterior prejudicava os infantários e as famílias de Alcoutim, aproveitando para questionar o presidente do porquê da alteração da proposta, visto que a inicial era “...um bocado descabida”, e que a retificação desta encontra-se na mesma linha dos apoios prestados pelo Município nos anos anteriores. -----

----- O presidente esclareceu que numa primeira análise, a primeira proposta seria para compensar os Infantários pela perda do numero de crianças, fruto da diminuição de crianças no concelho assim como o resultado do aumento das crianças a frequentarem o ensino pré-escolar público, refletindo-se na “...perda de receita que advém naturalmente do pagamento das prestações” e do novo modelo das prestações que obedece aos critérios regulamentares da Segurança Social, levando a uma interpretação errada do modo de financiamento. Informou ainda que iria ter uma reunião, a seu pedido com a Diretora Regional da Segurança Social e o CAI de Martim Longo, para, em conjunto encontrarem uma solução na forma de financiamento dos Infantários do Concelho de Alcoutim. -----

----- O vereador José Pereira terminou a discussão do ponto para reforçar a intenção de continuar a financiar o ensino pré-escolar, congratulando-se mais uma vez com a alteração da proposta inicialmente apresentada. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

R

-----**CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DIOGO DIAS – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de € 1.800,00 (mil e oitocentos euros) ao Centro Cultural e Recreativo do Diogo Dias, para fazer face às despesas com a reabilitação do espaço sede.-----

-----Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta.-----

-----**INTER-VIVOS/ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DO NORDESTE ALGARVIO – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA/PROGRAMA DE OBESIDADE:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de € 6.500,00 (seis mil e quinhentos euros) para que a Associação Inter-Vivos execute o Protocolo de Colaboração, relativo ao Programa de Obesidade.-----

-----Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta-----

-----**INTER-VIVOS/ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DO NORDESTE ALGARVIO – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA/FUTSAL 2015/2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de € 17.000,00 (dezassete mil euros) à Associação Inter-Vivos/Associação de Jovens do Nordeste Algarvio, para fazer face à prática de Futsal.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta.-----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

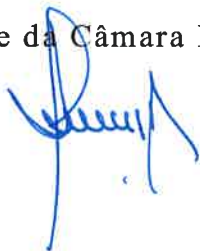
----- Não houve intervenção do público -----

----- **MINUTA DA ATA** -----

----- Lida a minuta da ata, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta da ata, o que nos termos do disposto do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações tomadas na presente reunião adquirem eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O presidente da Câmara Municipal,



O secretário

